

JUDICIÁRIO



A crise das instituições que assola o Brasil está dentro do Poder Judiciário. Operação Lava Jato, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e o próprio governo estão entre os protagonistas desse processo.

O Poder Judiciário e a crise nas instituições

O Poder Judiciário brasileiro segue pautado pelas questões que envolvem a operação Lava Jato. O mês de setembro de 2019 aponta para essa situação. Todas as questões que ganharam repercussão e debate na opinião pública guardam relação direta com isso.

O novo procurador-geral da República, Augusto Aras, nomeado por Bolsonaro mas não indicado pela lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República, teve sua sabatina no Senado em setembro e foi aprovado por 68 senadores. Isso significa que os movimentos do Procurador, o primeiro PGR fora da lista tríplice desde o início dos anos 2000, foram exitosos para a conquista do cargo.

O novo PGR, desde o início do ano, se posicionou em diversas entrevistas no sentido de se aproximar da pauta conservadora de Jair Bolsonaro. Falou sobre cura gay, demarcação de terras indígenas e do corporativismo do Ministério Público brasileiro, especialmente na eleição da lista tríplice. Esse movimento agradou o presidente, que passou a ver em Aras uma espécie de expressão do bolsonarismo dentro da categoria.

Por outro lado, em conversas com os outros partidos, inclusive alguns da oposição, o maior cargo do Ministério Público brasileiro foi ocupado por alguém que afirmou existirem abusos e correções de rota na operação Lava Jato. Esse posicionamento foi fundamental para que Aras tivesse mais votos do que o número de senadores da base governista.

Para além da análise sobre as ações que o levaram

à PGR, é preciso que se entenda que esse movimento mostra uma ação política externa efetiva do procurador. Trata-se de um novo tempo na política. Até então, eleições dessa natureza eram marcadas por uma forte articulação política por dentro das corporações. Dessa vez, todo o debate foi público, e o presidente parece ter gostado.

Esse elemento aponta para um já constatado altíssimo nível de politização do Ministério Público brasileiro. Esse é o cenário político da categoria. Desde o estabelecimento das novas funções institucionais do MP na Constituição de 1988, muitas pesquisas já apontam para o papel da instituição no sentido de estimular o ativismo judicial, interferir em escolhas legítimas do Poder Executivo e disputar a opinião pública em questões de interesse dos promotores em casos específicos ou ainda em questões da política nacional.

A questão é que o Ministério Público não foi criado com essa finalidade. Esse é um retrato perigoso da conjuntura do Poder Judiciário brasileiro. Não há que se negar que a politização de debates do Judiciário seja importante para a evolução da democracia brasileira. Mas as balizas para esse posicionamento de membros do MP devem ser estritamente legais e jamais devem se sobrepor aos princípios constitucionais.

O perigo da somatória entre alto grau de autonomia e independência e praticamente nenhum mecanismo de controle (interno ou externo) provoca um desequilíbrio das forças democráticas, e assim,

qualquer tendência autoritária se revela numa efetiva ação de perseguição ou de alteração do jogo político em benefício de interesses pouco republicanos. Quando se consegue um juiz aliado para esse tipo de fraude constitucional, o desastre é inevitável.

A operação Lava Jato se tornou o símbolo desse desequilíbrio de controle e proteção constitucional. Juízes, procuradores, servidores da Receita Federal e da Polícia Federal constituíram uma verdadeira estrutura política por dentro do Poder Judiciário e se valeram das suas atribuições institucionais para agirem de acordo com as suas convicções, e não de acordo com a lei. Caberia, então, às outras instituições do Poder Judiciário e aos outros poderes exercerem os seus papéis para evitar que esse desequilíbrio afetasse o jogo democrático como um todo.

Não foi o que aconteceu. A eleição presidencial de 2018 ficará marcada na história como um processo democrático fraudado. Bolsonaro teve os seus votos, é verdade, mas só é presidente da República porque seu principal oponente não pôde disputar as eleições e porque o Judiciário brasileiro não impediu a onda de irregularidades eleitorais cometidas por ele.

O processo eleitoral de 2018 ensina porque o Judiciário possui uma enorme dificuldade de contornar a crise institucional dos dias atuais. Primeiro, grande parte dos seus membros é francamente favorável a uma espécie de ditadura togada. Esse é o sentido da criminalização da política, das perseguições a agentes públicos legítimos e ao consenso de que a corrupção é o maior mal da sociedade brasileira.

Segundo, parte da opinião pública e da elite que elegeram Bolsonaro concorda com esse ambiente de fragilidade democrática. Foram quatro derrotas eleitorais seguidas, e não era mais possível aceitar uma quinta derrota. Se as ideias da força política que governa o Brasil são passíveis de serem consideradas fascistas, a espada da repressão esteve nas mãos daqueles que deveriam segurar a balança do equilíbrio. O poder abusivo tomou conta inclusive de ministros do Supremo, que simplesmente não conseguem separar o papel institucional da Corte Suprema da defesa de uma ideologia desastrada que afunda o Brasil diariamente.

Assim, a tarefa do reequilíbrio das forças institucionais parece quase impossível. Aos poucos, surgem tentati-

vas de correção de rumos da Lava Jato, como a derrubada dos vetos da Lei de Abuso de Autoridade, o julgamento da correção das etapas processuais da operação e os esforços do Tribunal Superior Eleitoral para evitar o impacto das fake news nas próximas eleições.

Mas ainda é muito pouco. No apagar das luzes de setembro, o próprio MPF de Curitiba pediu a progressão da pena do ex-presidente Lula. É pública e notória a posição de Lula sobre a sua inocência e a sua liberdade. Mas Dallagnol, que deveria ter pedido a absolvição do ex-presidente nos casos do triplex e do sítio de Atibaia, agora se movimenta no sentido de enfraquecer a pauta Lula Livre e tentar salvar a Lava Jato da pecha de tribunal de exceção.

É preciso entender que a República de Curitiba usa o direito e o processo penal para pautar a política brasileira. Isso não é uma opinião, é um fato constatado pelos vazamentos do The Intercept Brasil. Intensas discussões sobre como influenciar a opinião pública, sobre o melhor momento das operações, estão mais do que provadas e atestam o que foi a formatação de um grupo político, com interesses evidentemente antidemocráticos, e práticas muito duvidosas.

Para uma atitude política, Lula deu uma resposta política. Mais do que afirmar que não troca sua dignidade pela sua liberdade, o ex-presidente se posicionou em defesa de uma situação que no longo prazo poderá lhe ser favorável. Ao negar a sua progressão, Lula espera o STF julgar o mais importante de todos os processos da Lava Jato: exatamente aquele que desvela a farsa de Sergio Moro e garante a sua posição suspeita no processo.

Parte do STF e do Congresso Nacional parece se movimentar para corrigir esse flagrante desequilíbrio. Mesmo parte da opinião pública hoje muda de posição e passa a aceitar a ideia de que a prisão de Lula é política e ilegal. Os mesmos que outrora bradavam à sombra dos pixulecos, hoje entendem o tamanho da tragédia que o Brasil encontrou com Bolsonaro e Moro. Mas ainda é pouco. A pressão é enorme, e a história das crises políticas do Brasil é feita de golpes, conciliações e acordos pouco publicáveis. O Judiciário está no centro da crise das instituições brasileiras. Resta saber se a solução será a típica da tradição política conciliadora ou se alguém ainda lembra que existe Constituição no Brasil.